



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A

Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina (BRUXELAS)

CADERNO DE RECLAMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA C N A

Os Portugueses e a Soberania Alimentar de Portugal precisam da Agricultura Familiar a produzir e a manter vivo o território.

A Agricultura Familiar e o Mundo Rural Português necessitam de medidas urgentes de apoio por parte do MADRP e do Governo.

Assim, a CNA propõe e reclama:

1 – O aumento do “benefício fiscal”, mais conhecido por “subsídio” ao Gasóleo Agrícola, e a reposição da Ajuda à Electricidade Verde que era um reembolso aos Agricultores na base de 40% do valor do consumo das Explorações Agrícolas.

Estas são duas medidas concretas que o MADRP e o Governo podem enquadrar no sistema designado por “minimis” que se destina a este tipo de situações e que não carece de autorização prévia por parte da União Europeia.

2 - A criação e o apoio a mecanismos expeditos de escoamento para os Produtos (por exemplo, para a Carne, o Vinho, o Azeite), de forma a obter-se melhores preços na Produção e a melhorar os rendimentos das Explorações Familiares, das Adegas e de outras Cooperativas.

3 – O combate à especulação com os preços das Rações, Adubos, Pesticidas e outros Factores de Produção.

4 - A grande redução das contribuições mensais dos Agricultores para a Segurança Social, por escalões segundo os rendimentos das Explorações e sem perda de direitos.

4 . 1 – A isenção temporária do pagamento das Contribuições Mensais dos Agricultores para a Segurança Social enquanto persistir esta crise.

5 – O combate à especulação com os preços de bens alimentares no consumo e à “ditadura” comercial imposta pelas grandes superfícies.

6 - O controlo eficaz das Importações para também assim se reduzir a dependência alimentar do País e melhorar a qualidade geral da alimentação.

7 – O pagamento ainda em falta aos Agricultores e às Organizações Agro-Rurais de Ajudas e de reembolsos por Projectos de Investimento.

8 – A reavaliação do processo de licenciamento - do REAP, Regime de Exercício da Actividade Pecuária - das Explorações Agro-Pecuárias e atribuição dos

indispensáveis apoios financeiros para adaptação - simplificada - das pequenas e médias Explorações Agro-Pecuárias.

9 – A suspensão do Decreto-Lei que estabelece o novo tarifário para a Água em que se prevê o aumento do preço para além de outras obrigações gravosas sobretudo nesta fase difícil que se vive nos campos.

10 - A revisão e reprogramação do PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, 2007-2013, desde logo para as Medidas Agro-Ambientais, de forma a apoiar mais e melhor as Explorações Agrícolas Familiares e o Mundo Rural. Para isso, e de entre outras, é necessário atribuir Ajudas Públicas com mais justiça social e necessário é que o Governo as aprove e as pague a tempo e horas.

11 – A manutenção e o reforço das condições de apoio aos investimentos na Floresta de uso múltiplo, e redução da área mínima actualmente exigida (25 ha) para os projectos de investimento.

11.1 - Criação de um quadro legal específico mais favorável para os Grupos de Baldios e ZIF de Baldios, e o reforço dos apoios públicos às suas Equipas de Sapadores Florestais.

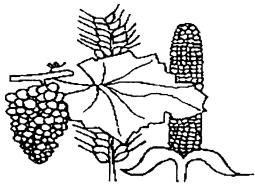
12 – O reconhecimento da importância económica, social e cultural dos Produtos, das Feiras e dos Mercados Tradicionais/Regionais.

Com a criação, participada, de um regime de excepção, desburocratizado, para aqueles Produtos, e atribuição de apoios financeiros, a fundo perdido, para adequação das Feiras e Mercados locais tendo em vista promover a comercialização na proximidade da origem dos Produtos.

13 – Definição de outras e melhores Políticas Agro-Rurais, quer a nível da PAC, Política Agrícola Comum, quer das Políticas Nacionais:

- Com toda a prioridade para a produção de bons e acessíveis Alimentos.
- Com Ajudas ligadas ao máximo à Produção, “moduladas” (reduzidas por escalões) e “plafonadas” (com tectos ou limites máximos por Agricultor).
- Com prioridade, e mais apoios, para objectivos e critérios de natureza social e ambiental. Com o abandono da nefasta orientação de dar prioridade e atribuir os maiores apoios públicos a pretexto da “competitividade” e da “viabilidade económica dos projectos”. Condições estas que só têm servido para atribuir cada vez mais dinheiro público aos grandes produtores, à grande agro-indústria e às produções intensivas e industriais e, em contrapartida, para arruinar a Agricultura Familiar e o Mundo Rural.
- Com apoios financeiros especiais – aliás no âmbito das medidas anti-crise – para o desendividamento e o investimento nas Explorações Agrícolas Familiares, na pequena e média Agro-Indústria e no Sector Cooperativo.
- Com o reforço das verbas destinadas à Agricultura nos Orçamentos de Estado, e com a reabertura e operacionalização dos Serviços Públicos do Ministério da Agricultura, a começar pelas Zonas Agrárias.

...



ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE SETÚBAL

Av. de Palmela, n.º 14- Poceirão 2965 –316 Poceirão

Tel e Fax.: 265995516 Cont. 501922857

e-mail: aads@sapo.pt



Cooperativa Agrícola União Novense, CRL



ASSETARROZ, CRL



Horto-Fructicultores Unidos da Península de Setúbal, CRL

Para além das questões de âmbito Nacional colocadas no caderno de reclamações da CNA, existem situações específicas e problemas mais sentidos no Distrito de que destacamos:

- A exigência da classificação de toda a área da Freguesia do Poceirão como zona desfavorecida

A teimosia do Governo/Ministério da Agricultura em manter esta situação inaceitável e incompreensível, que para além de violar as normas existentes, prejudica e muito os Agricultores da Freguesia do Poceirão que não recebem como tinham direito a receber, as ajudas de actividade agrícola em zona desfavorecida:

Até 3 hectares - 160 euros/hectare;

De 3 hectares até 7,5 hectares - 75 euros/hectare;

De 7,5 hectares até 30 hectares - 35 euros/hectare;

De 30 hectares até 150 hectares - 10 euros/hectare;

Assim como a perda de majoração na plantação da vinha e em qualquer outro tipo de investimento, (compra de máquinas e equipamentos agrícolas, aquisição de equipamento de rega, etc.).

- Os problemas já existentes com os contratos do arrendamento rural e a intenção já anunciada pelo Governo da nova lei do arrendamento rural que vem piorar a situação já existente contribuindo para o aumento do desemprego.
- O errado conceito de desenvolvimento rural sem considerar como determinante e imprescindível os agricultores e a produção agrícola
- O pagamento aos agricultores das medidas agro-ambientais nomeadamente da produção integrada referente ao ano 2005